IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

RIOS E DIVERSIDADE SÓCIO ESPACIAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL

SESSÃO TEMÁTICA: ÁGUA E AMBIENTE CONSTRUÍDO

Ana Cláudia Duarte Cardoso
UFPA
aclaudiacardodo@gmail.com

Taynara do Vale Gomes
UFPA
taynaragomes@gmail.com

Luna Barros Bibas
UFPA
lbbibas@gmail.com

Christiane Helen Godinho Costa
UFPA
christiane.helen@gmail.com

RIOS E DIVERSIDADE SÓCIO ESPACIAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL

RESUMO

Diversos períodos de colonização e modernização na Amazônia romperam a característica dos assentamentos pré-colombianos de integração entre homem e natureza. A influência portuguesa criou cidades ribeirinhas como portos nos grandes rios em meio a localidades dispersas ao longo de tributários da bacia. Mais tarde, a integração rodoviária (e econômica) da Amazônia resignificou sítios urbanos repletos de várzeas e rios, onde as águas eram solução para abastecimento, produção, provisão doméstica e lazer da população, como terra urbanizável apenas. Este texto procura demonstrar a partir de evidências empíricas e teóricas que a nova racionalidade introduzida na região Amazônica, de base industrial, apoiada na importação de práticas e parâmetros de urbanização vê o homem como alguém que deve recriar (e controlar) a natureza a partir de grandes intervenções e obras, inacessíveis para a maioria das comunidades isoladas. A caracterização da urbanização em Santarém, Marabá e Canaã dos Carajás oferece "fotografias" de diferentes estágios desse processo, visibilizando resistências, com as quais ainda há muito o que aprender para a construção de uma dimensão pública e de cidadania nas cidades da região.

Palavras-chave: Cidades Amazônicas. Rios. Sócio biodiversidade.

PAPER TITLE

ABSTRACT

Several periods of colonization and modernization in Amazon have promoted a split between men and nature, changing such pre-Columbian characteristic of human settlement. Under Portuguese influence, cities have emerged as riverine ports in major rivers, in the midst of locations scattered along river basin tributaries. Later, road (and economic) integration of Amazon relabelled urban sites full of floodplains and rivers, which offered solution for production, domestic supply and leisure of the population, into developable land. From this perspective, this text contributes to demonstrate, from empirical and theoretical evidence, that a new rationality was introduced in the region, industrially biased, supported by the import of urbanization practices and parameters, that assumed that human action must re-create (and control) nature though major interventions and works, which are mostly infeasible for isolated communities. The analysis of Santarém, Marabá and Canaã dos Carajás urbanization cases, offers "snapshots" of different stages of this process, making visible resistances, that offer precious learning opportunities to the construction of a public dimension and of true citizenship in Amazonian cities.

Keywords: Amazonian Cities. Rivers. Socio Biodiversity.

1. A INSTRUMENTALIDADE DO RIO (INTRODUÇÃO)

Um número crescente de estudos revela que a Amazônia pré-colombiana era bastante povoada pelos chamados Povos da Natureza, comunidades que geriam os recursos naturais e contribuíram ativamente para o enriquecimento do solo e aumento da biodiversidade, e que viviam distribuídas no território em pequenas comunidades dispersas ao longo dos rios (Grann, 2009; Heckenberger, 2005, Pizzaro, 2012). Rios de diversos portes eram suporte para a satisfação das necessidades mais diversas, incluindo mobilidade e abastecimento (fonte de água e de alimento, especialmente pescado e quelônios) e permitiram que aglomerados alcançassem as dezenas de milhares de indivíduos (Prestes-Carneiro et al, 2015; Heckenberger, 2005). Neste período existia uma articulação virtuosa entre homem, natureza e conhecimento sobre a resiliência dos recursos naturais. A falta de compreensão desses padrões espaciais e sócio ambientais, ao longo dos diversos processos de colonização impostos à região no decorrer dos últimos séculos, criou um processo gradativo de distanciamento e negação da lógica "tradicional" praticada pelos habitantes originais.

Cinco nações europeias disputaram a Amazônia como fronteira mundi nos séculos XVI e XVII com objetivo de explorar o Eldorado, ainda que a partir de estratégias diversas (Becker, 2013). Uma vez estabelecida a hegemonia portuguesa as práticas extrativistas passaram a ser organizadas de modo a atender a escala de produção industrial, mas ainda aproveitando os subsídios da natureza e o conhecimento da população indígena, especialmente a partir das políticas Pombalinas, que assumiram uma visão utilitarista e racionalista da natureza – direcionamento dos produtos da floresta para exportação via Companhia de Comércio, incentivo à miscigenação da população portuguesa e indígena para apropriação do saber indígena para fins mercantis (Costa, 2012).

Com a independência do Brasil, as elites regionais mantiveram as estratégias de exploração da floresta e dos rios, mas assumiram os valores da metrópole como hegemônicos, e constituíram profundas desigualdades espaciais e sócio ambientais, e diferenças de visão de mundo, entre as cidades e a rede de aglomerados que povoavam o território rural e por elas eram comandadas. A colonização implementada nos anos 1970 pelo governo militar rompeu completamente com as práticas e valores tradicionais e impôs uma nova racionalidade moderna e industrial (e globalizante) ao uso e gestão do território (Brown; Purcell, 2004). Uma vez estabelecida essa mudança de paradigma, mesmo as críticas aos processos de destruição da natureza passaram a seguir a linha ecológica que apartou a natureza que deveria permanecer intocada da segunda natureza criada a partir da urbanização e exploração econômica do território (Diegues, 2000; Smith, 1988). O

reconhecimento do vínculo entre população e natureza só foi colocado como crítica quando surgiu o debate sobre a abordagem socioambiental difundida através de fóruns como o Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, que teve sua sétima edição em 2015 (http://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/), fortalecido pelas pesquisas convergentes das ciências ambientais, antropologia, justiça social e cidadania (Acselrad; Herculano; Pádua, 2004).

Após séculos de impactos e enfraquecimento e desvalorização do saber tradicional, as políticas federais constituíram invisibilidades (de populações e formas de vida) e legitimaram dissociações (entre base biofísica composta por solo, água e vegetação e seres vivos, inclusive seres humanos), necessários para a difusão da estratégia de marketing que atraiu milhões de migrantes em busca de terras fartas e exploração imediata de recursos naturais, segundo o slogan “Terra sem homens para homens sem terra”. O Eldorado foi reestabelecido, junto com a crença de que os recursos eram infinitos e de que poderiam ser explorados vorazmente com anuência e apoio financeiro do governo federal.

Essa trajetória resultou em diversas superposições, que geraram um fenômeno de urbanização, como conhecido na era moderna, incompleto, descontínuo, aberto (Santos, 2013), permeado por sinais de resistência aos valores e práticas exógenos, difundidos nas últimas décadas através das políticas federais de caráter desenvolvimentista (ambientais, agrárias, urbanas, industriais, etc.).

A região tornou-se um espaço de múltiplas determinações onde ainda há grande dependência do tom estabelecido pelas ações do setor público, normalmente alinhadas com as expectativas do setor privado, mas onde a carência de investimentos permite que modos de vida baseados no saber tradicional sejam identificados como formas de resistência (Monte-Mor, 2015). Com uma rede urbana considerada incipiente para os padrões nacionais, mas onde os grandes projetos federais e investimentos privados potencializaram a difusão de valores exógenos, tais como a substituição da posse de terras e da comunalidade pela propriedade privada, ou a noção de que a natureza deveria ser destruída, explorada e /ou controlada (Huertas, 2009), sob condições sociais ambientais, econômicas locais absolutamente diversas do processo de industrialização dos países do Norte.

A tensão entre as duas racionalidades que foram superpostas (a tradicional e a moderna industrial) culminou na diferenciação de cidades que puderam associar os antigos padrões de acessibilidade fluvial ao modal rodoviário e que assumiram um ritmo acelerado de crescimento, no surgimento de novas cidades na beira das estradas e na estagnação de localidades que continuaram dependendo apenas dos rios, ver figura 1.

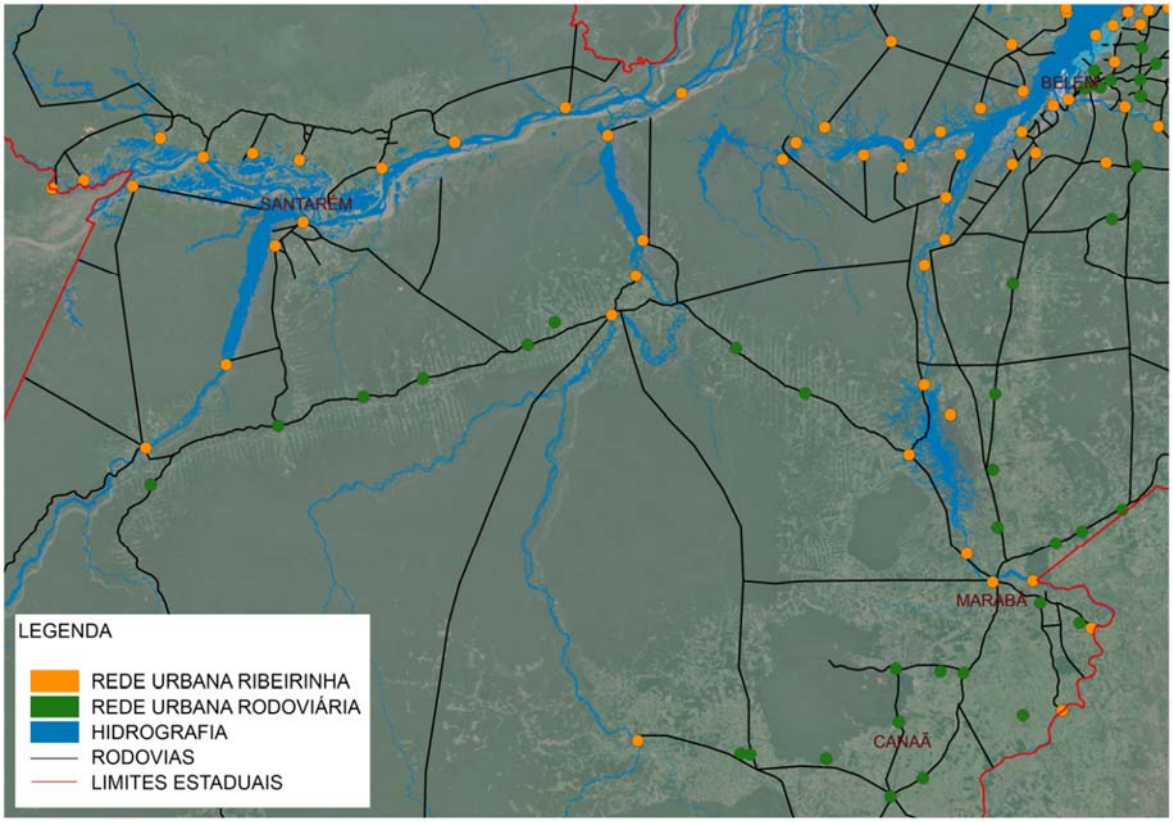


Figura 1 - Recorte do Estado do Pará, localizado das cidades e da capital, distribuição das cidades nas margens dos rios e estradas. Elaboração: Luna Bibas. Fonte: www.ibge.gov.br

Nesta virada de século, após as décadas de investimentos oficiais e privados na exploração de recursos naturais (exploração de madeira, de minério e geração de energia) e reposicionamento das cidades que lhes deram suporte em níveis intermediário da rede urbana paraense, a situação foi agravada pela ação do capital financeiro associado ao setor imobiliário, que juntos promoveram transformações de magnitude até então desconhecida na paisagem dessas cidades, e suas áreas de influência (Cardoso; Melo; Gomes, 2015). Arranjos entre cidades pólo, assumidas como apoio para atividades introduzidas nas suas áreas de influência, voltadas para exportação (ex.: soja, minério, madeira), e cidades e aglomerados rurais que compõem periferias descontínuas, reconfiguram o território, e demonstram uma capacidade avassaladora de desconstrução da sócio biodiversidade e da paisagem características da região.

Este artigo procura explorar tais tensões e transformações, através da caracterização do processo de transformação de três cidades, Santarém, Marabá e Canaã dos Carajás. Santarém, com seus 3,5 séculos de estruturação tradicional do território, tem sido capaz de sustentar mais facilmente a resistência às transformações atualmente desencadeadas pela monocultura da soja e pela expansão da atividade portuária. Marabá tem origem ribeirinha e pouco mais de um século de existência, e foi fortemente impactada pelas políticas federais,

de constituição polinucleada desde a década de 1980, ilustra arranjos territoriais híbridos e modos de assimilação da natureza pela urbanização, que se difundem por outros municípios em suporte ao discurso pelo fim da floresta e a conversão da área ao cerrado (trabalho de campo, 2014). Canaã dos Carajás é sede de um município emancipado há 19 anos, diretamente conectado à economia global pela exportação de minérios, com população formada por migrantes oriundos de outras regiões completamente indiferentes ao saber tradicional.

A comparação das três cidades busca explorar os limites da transformação em curso, a quem ela serve, face à avaliação negativa dos itens tomados como indicadores de urbanização na região, ou à incapacidade de provisão (de moradia, redes técnicas, equipamentos sociais) característica das cidades da região (IBGE, 2010). A análise oferecida é exploratória, e busca variáveis que possam associar os exemplos de resistência consciente ou inconscientemente baseados em práticas ancestrais bem sucedidas na região, às recomendações do debate acadêmico contemporâneo sobre o que seria desejável para a convivência harmônica entre cidade e natureza. Esse é o ponto central deste texto.

2. A PAISAGEM COMO ELO ENTRE CIDADE E NATUREZA, RIO E POPULAÇÃO

Em que pese a antiga crença de que a cidade seria a antítese do meio natural, normalmente associado ao campo e ao rural, em culturas anglo saxãs o estudo de como otimizar a relação com o meio ambiente e conduzir a urbanização de modo compatível com a base biofísica remonta ao século XIX, destacando-se o caso de Boston e da estratégia de drenagem assumida com a criação do parque Colar de Esmeraldas. Essa busca de conhecimentos físicos, químicos e biológicos do sítio e de seus processos naturais foi o ponto de partida para abordagens ecológicas para o meio urbano (Spirn, 1984; McHarg, 1969), que na sua origem assumiram a continuidade da natureza e de processos naturais, e evoluíram para a compreensão da natureza fractal de elementos da matriz biofísica (ex.: drenagem, solo, biodiversidade) (Vital, 2013), e para a importância da sua abordagem a partir de múltiplas escalas, como destacado por Souza (2015) – dos corpos/organismos, dos nanoterritórios, local e regional.

A investigação do impacto de alterações antropomórficas sobre os processos naturais revelou-as agressivas e exterminadoras, causadoras de desequilíbrio na paisagem local, sob a forma de enchentes, deslizamentos de terra, extinção de cursos d'água, entre tantas outras consequências da produção inadequada de cidades. Desde a obra seminal de

McHarg (1969) há compreensão de que o respeito ao meio natural é fundamental para a criação de cidades. A compreensão do funcionamento das bacias hidrográficas contidas em uma mancha urbana, a não ocupação de áreas de fundo de vale devido à sua propensão a alagamentos constantes, ou de encostas sujeitas a deslizamentos, são assumidas como medidas óbvias que evitam sobrecargas e desequilíbrio do sistema (Spirn, 1984; Araújo, 2008), mas que não são seguidas quando o preço da terra rege o acesso à cidade e faz com que grupos sociais excluídos pela renda ocupam as áreas ambientalmente vulneráveis que foram evitadas pelo mercado (Maricato, 2000).

Essa tem sido a matriz de produção das cidades brasileiras, constituída sob a égide de uma modernização quase sempre insuficiente para atender e incluir todos os grupos sociais. Na sua sujeição à ação homogeneizante do modo de produção capitalista, tal cidade resulta excludente e sectária, sem identidade, com sítios degradados que tendem a invisibilizar modos de vida e grupos sociais dependentes do meio natural e da proximidade da biodiversidade (pescadores, erveiras, mateiros, índios urbanos com hábitos alimentares diferenciados) para a realização dos seus modos de vida.

No contexto brasileiro a investigação de campos como a ecologia, a engenharia de paisagem e o paisagismo ainda não conseguiu influenciar significativamente políticas públicas voltadas para o planejamento e desenho das cidades, indicando falta de atenção para o tema da urbanização, e para o fato da massiva maioria da população já viver em cidades, e também para o contexto de mudanças climáticas em que o planeta se encontra. Contudo a convergência entre essas disciplinas já é uma realidade nas abordagens que assumem os corredores ecológicos como espaços de múltiplas funções, avançando em relação à formas de proteção baseadas em ilhas, para as tramas, como o caso da trama verde e azul francesa, e a incorporação de aspectos sociais, que têm em vista não somente a realização de funções ecológicas e ambientais mas a difusão de cidadania e a inclusão dos interesses e necessidades de todos os grupos sociais na gestão do território (CORMIER, 2011; AHERN, 2010).

A partir dessa perspectiva busca-se construir uma abordagem de análise que explicite o quanto a matriz introduzida pelo governo militar na Amazônia reduziu o protagonismo local na discussão sobre a agenda e direcionamento dos investimentos, e pior ainda, o estímulo ao reconhecimento das demandas dos diversos grupos sociais que passaram a conviver nas cidades da região. A ação federal a partir de políticas públicas focadas em atividades agrárias inseriu a região em uma divisão social do trabalho completamente vinculada aos processos de industrialização/ exportação e urbanização, que nega a natureza e se perpetua até o presente, mas que ainda não ultrapassou o ponto de virada, com potencial

de ser rediscutido e de iluminar temas e oportunidades semelhantes para outras regiões do país.

3. TRÊS CIDADES, "MIL" RIOS, UMA REGIÃO

Tradicionalmente as cidades e aglomerados da Amazônia eram moldados pelo sítio e pelos rios, de forma instrumental para uma série de modos de vida ligados a uma economia mercantil de base extrativista. Neste contexto, a sobrevivência dos sítios da natureza (várzeas de rios, fundos de vale, morros, rios e florestas) até os dias de hoje significa preservação do bioma e perpetuação de modos de vida e de saberes tradicionais, tanto mais úteis quanto maior a incapacidade das práticas modernas incluírem tais populações dentro de uma nova dinâmica econômica. Nos quadros 1, 2 e 3, são apresentados detalhes sobre a formação das três cidades assumidas como objeto de estudo de modo a situar a inserção de cada uma delas na trajetória de modernização imposta à região e viabilizar uma melhor compreensão sobre a contribuição de cada uma para a construção de uma estratégia de aproximação entre cidade e natureza.

Quadro 1 – Santarém, das floresta e praias para a soja e portos.

Santarém é cidade desde 1661, localizada na confluência dos Rios Tapajós e Amazonas, à jusante de outras cidades e sujeita a cheias regulares, sua mancha urbana amalgamou diversas comunidades (ribeirinhas, quilombolas, extrativistas) que dependiam da biodiversidade para sobreviver (ver figura 2). A cidade assimilou ondas migratórias de seringueiros durante o ciclo da borracha que assimilaram o modo de vida local, mas a partir da integração nacional dos anos 1960, a cidade tornou-se um híbrido de trajetórias – da tradicional até a moderna industrial que se consolidou a partir da implantação da BR 163, da PA 370, e da produção de grãos em larga escala. A dinâmica do agronegócio fomentou o êxodo rural, eliminou a diversidade produtiva, substituiu praias por portos, espaços públicos por rodovias, também introduziu a verticalização na área central e a constituição de uma periferia descontínua. A cidade ainda é delimitada por barreiras naturais. Rios internos, um cinturão verde e a formação de um planalto estabelecem limites expansão urbana. Esses limites definiram territórios rurais que foram protegidos por institucionalidades federais inovadoras (assentamento agroextrativista, reservas extrativistas, floresta nacional) e que na medida em que se apresentam como obstáculo a ação do setor imobiliário vêm sendo questionados pelo poder público municipal, que assumiu a defesa das novas dinâmicas

tendo em vista o “desenvolvimento” da região. Dez comunidades quilombolas e três comunidades indígenas estão sendo ameaçadas de remoção para a implantação de um novo porto na cidade, e igarapés estão sendo privatizados para a criação de balneários e de segundas residências em meio às áreas exploradas pelas comunidades extrativistas. Contudo, as populações tradicionais conseguem se articular para resistir. Eles movimentam o turismo, a gastronomia, a cultura (através dos festivais) usando sua produção, além de investirem no artesanato e no abastecimento de hortaliças para a cidade. A partir da articulação entre os dois modos de vida (o tradicional produtor e o moderno industrial consumidor) tem sido possível preservar recursos naturais necessários e modo de vida.

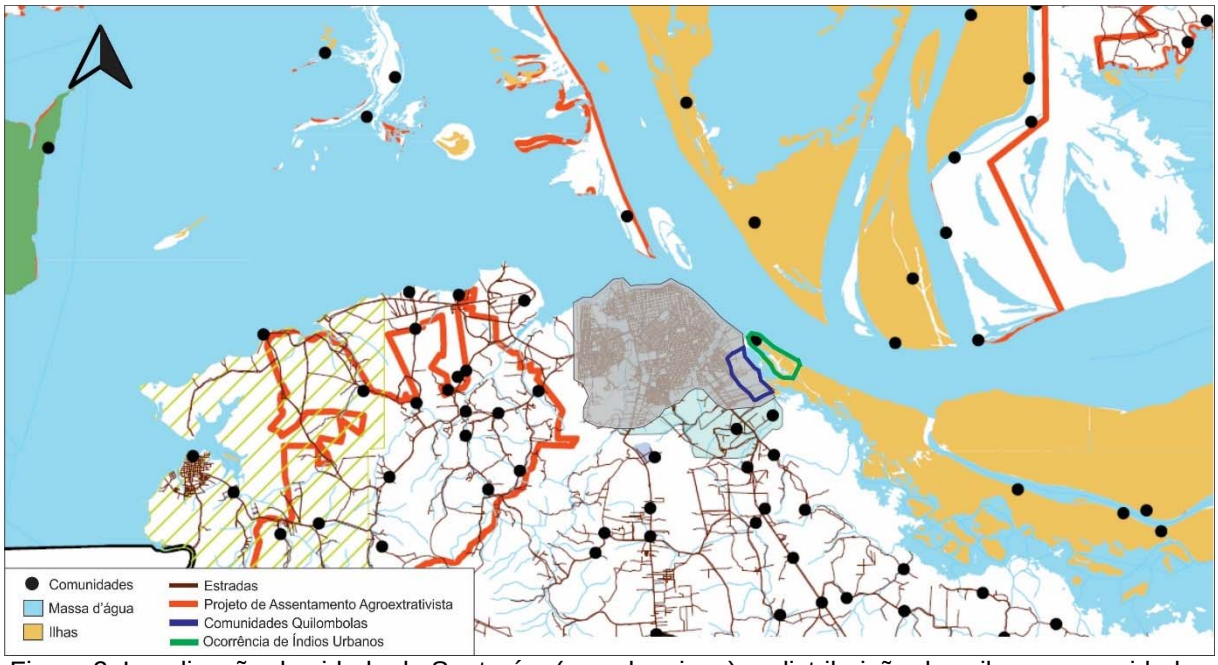


Figura 2: Localização da cidade de Santarém (mancha cinza), e distribuição das vilas e comunidades que dependem da biodiversidade local. Fonte: Sind. Trab. Rurais de Santarém (2016). Elaboração: Kamila Diniz e Taynara Gomes, 2016.

Quadro 2 - Marabá, dos rios e castanhais ao planejamento estatal e à negação da floresta.

Marabá é cidade desde 1913, localizada na confluência dos Rios Tocantins e Itacaiúnas e cercada por formações serranas que e agravam o fenômeno das enchentes regulares, o território de grande diversidade ecológica e geográfica teve sua economia sustentada ao longo de décadas por ciclos de exploração de recursos naturais, que eram escoados pelos rios. Até o final da década de 1960, Marabá era uma típica cidade ribeirinha, e correspondia ao Núcleo atualmente conhecido como Marabá Pioneira. Com a abertura da rodovia Transamazônica (1971), o financiamento federal à pecuária e às madeireiras e os projetos federais de exploração mineral, desencadearam transformações sociais, políticas e urbanas na cidade de Marabá. O núcleo pioneiro a vida era completamente condicionada pela

natureza. A população contava com estratégias de convívio com o rio e suas cheias, e usava suas águas para as tarefas domésticas, espaço de lazer e de suporte para sua sobrevivência. Nos anos 1980, a cidade foi assumida como estratégica pelo governo federal (suporte para o exército, polo multimodal, apoio para projetos de exploração mineral), o que viabilizou a concepção e implantação de um novo núcleo de cânones modernistas, chamado Nova Marabá. Os parâmetros do projeto modernista eram completamente desconectados da realidade da região, mas condizentes com as expectativas dos migrantes que chegavam na cidade. Funcionários públicos federais, militares, empresários, que interpretaram a natureza como algo selvagem a ser dominado, e cristalizaram a negação da floresta e do rio. A rodovia asfaltada é vista como sinal de progresso ainda que não ofereça espaço para o pedestre ou para o ciclista (condição típica da população original), o deslocamento por automóvel, a casa de alvenaria, o distanciamento do rio (murado, contaminado, aterrado), o aumento da proporção de população migrante na cidade modificam gradativamente o relacionamento entre cidade e natureza, transformando a população original em minoria que resiste ao novo paradigma. Em Marabá, apesar do processo de urbanização ter explodido a cidade em vários núcleos (Cidade Nova, pela conversão das fazendas em loteamentos; Nova Marabá, cidade modernista; Distrito Industrial, tomado pelos condomínios de alto padrão; São Félix e Morada Nova núcleos afastados que receberam os projetos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida), a natureza se manteve como barreira, através das áreas de várzea, dos rios e cinturões verdes, que até o presente mantêm o potencial de constituição de um sistema de áreas verdes capaz de garantir a preservação dos espaços da natureza dentro da cidade e viabilizar a manifestação de velhas formas de vida. Apesar da força da homogeneização da cidade, o bioma tem sido forte o bastante para preservar seus espaços. A expectativa de construção de uma nova hidrelétrica, contudo, dá a medida da ambição humana que espera desviar o curso do rio Itacaiúnas para viabilizar a incorporação imobiliária de sua várzea.

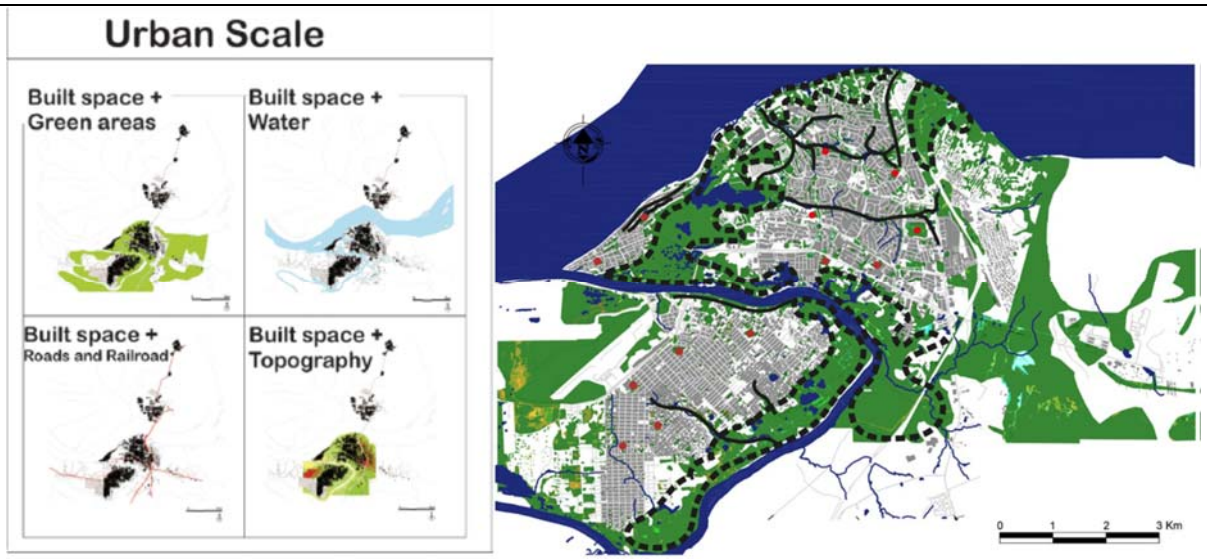


Figura 3 - Relacionamento da mancha urbana de Marabá com espaços verdes, rios e topografia, destaque para o potencial de constituição de um sistema de espaços verdes. Fonte: Pontes, Cardoso (2016); Bibas, Cardoso (2015)

Quadro 3 – Canaã dos Carajás, de vila rural a nó da rede global de commodities

Canaã dos Carajás, é cidade desde 1994, surgida de uma vila de apoio aos projetos de colonização rural implantados pelo governo federal no âmbito do Projeto Grande Carajás. A emancipação do município de Canaã dos Carajás marcou o fim da ocupação do território orientada pelo Estado e o aumento significativo na concentração de terras, por grandes propriedades destinadas a pecuária leiteira e de corte. A privatização da mineradora Vale S.A. e a intensificação de seus investimentos na região conectou a cidade ao mercado global de commodities, e atraiu o setor imobiliário e o capital financeiro para a cidade transformando-a em um fenômeno e tornando-a completamente dependente da mineração, contudo. A cidade surgiu da confluência de estradas vicinais, inserida em uma região serrana à montante da drenagem da sub-bacia do Rio Verde, tributário do Rio Parauapebas, limite da Floresta Nacional de Carajás. Entre os anos 2000 e 2010 o município apresentou um crescimento de 144,6%, e nesse mesmo período a população urbana cresceu 428%, passando de 3.924 para 20.727 habitantes (IBGE, 2010). O setor imobiliário atuou lançando um grande número de empreendimentos tendo em vista esse grande crescimento populacional e o desejo das instituições locais de “fazer a cidade crescer”. Contudo, desde 2015 a exploração mineral (cujos sítios se distribuem ao longo das estradas leste oeste, enfrenta grandes perdas que associadas a uma estratégia de operação da mina automatizada apresenta um cenário completamente diferente do vivido por outras cidades da região que apoiaram a mineração por décadas. Na vizinha Parauapebas a mineração fixou grande contingente de funcionários com altos salários, que viabilizavam o crescimento

da cidade e a dinamização do comércio local a partir do consumo, situação que já está em franca mudança mesmo em Parauapebas. Atualmente 42% da mancha urbana de Canaã dos Carajás é composta por lotes vazios, inúmeras nascentes foram destruídas, rios perdem volume por conta do desmatamento, colocando em risco diversos serviços urbanos. A cidade é carente de espaços públicos, de espaços verdes, ou estruturas espaciais que permitam a convivência e o lazer da população. O acesso à natureza é restrito aos privilegiados que contam com veículos próprios, ou com serviços de transporte providos pelas companhias ligadas à mineração. A população rural não tem se beneficiado pelas mudanças e até a população das vilas sofre com a gentrificação. Há risco de contaminação das águas do rio Parauapebas por metais e por bacias de rejeitos, os cursos d'água internos à sede do município são estreitos, com margens relativamente preservadas, há muitas fontes e lagos que vêm desaparecendo por conta do crescimento da mancha urbana.

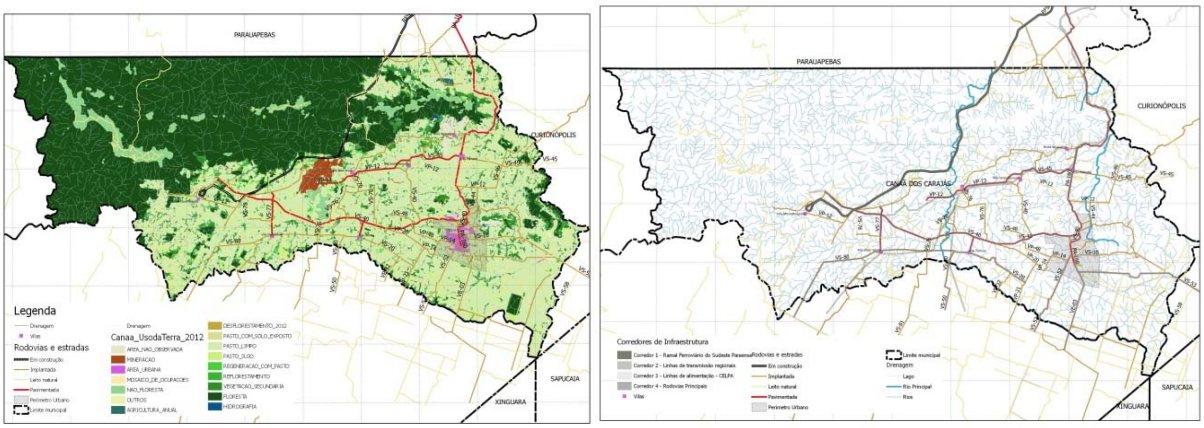


Figura 4: Mapas de uso do solo e drenagem do município de Canaã dos Carajás, com destaque para o desmatamento, sistema de estradas e distribuição de vilas e sede (em rosa no mapa da esquerda). Fontes: Inpe (2014), Diagonal (2007). Elaboração: Jairo Fernandes, Karla Petrúcia, 2015.

Invariavelmente, a introdução de atividades industriais (exploração de madeira, extração mineral, geração de energia, construção de grandes obras) atraiu migrantes qualificados para ocupação dos novos postos de trabalho, e outros não qualificados que esperavam se beneficiar no aumento populacional e do ritmo de urbanização intenso, explorando os setores de comércio e serviços. Esse processo favoreceu a produção de espaços monovalentes, que assumiram o paradigma da metrópole como modo de vida hegemônico, e tornaram a população local excluída na medida em que não a reconheceram como capaz de assumir funções nesse novo sistema, por falta de qualificação. Essa desvantagem levou à gentrificação das cidades, de Santarém a Canaã dos Carajás, reproduzindo processos descritos por Carlos (2015) para as metrópoles brasileiras em geral, com muito menos serviços e infraestrutura.

A incapacidade de ver as dimensões física e social da cidade brasileiras de modo articulado gerou paradoxos, agravados na Amazônia. A matriz moderna industrial de cidade depende de tecnologias para a produção do espaço formalmente produzido (planejado e provido de redes técnicas, equipamentos, espaços públicos e verdes) que na Amazônia só se mostraram viáveis por ocasião de grandes investimentos públicos ou privados, infelizmente tais iniciativas também tem sido geradoras de grandes pressões sobre o meio ambiente conforme observado no quadro 4, que mostra assinalado em vermelho nos mapas das três cidades locais onde a urbanização formal e informal (favelas que surgem como reverso da modernização) removeu vegetação, e espera alterar a dinâmica das águas.

O quadro mostra nas faixas seguintes fotos dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida nas três cidades e imagens dos empreendimentos Cidade Jardim nas três cidades. A incapacidade de solucionar drenagem, e o impacto gerado pela movimentação de solo para abrigar empreendimentos tão extensos são potencializados pela fragilidade do sítio.

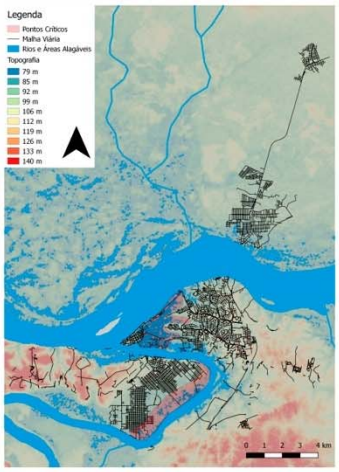
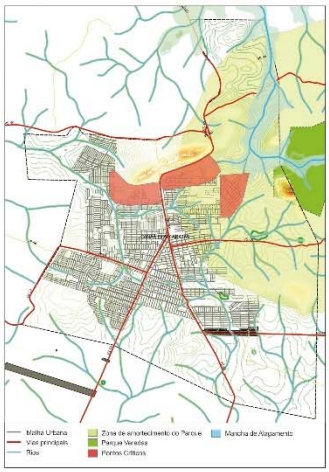
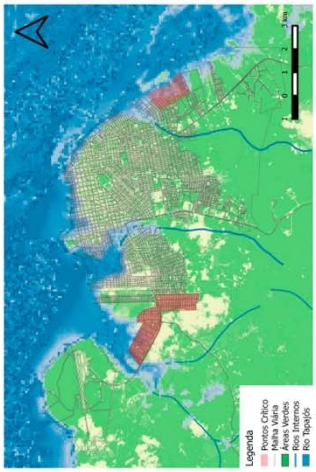
Os recursos de propaganda e mídia foram fundamentais para o desenraizamento e alienação progressiva da população, e desvalorização de modos de vida não condizentes com o padrão hegemônico, ou de qualquer noção de comunalidade, de compreensão dos assentamentos humanos como um território socialmente produzido, tratado pelos índios e populações tradicionais como um *common,* de modo similar à reivindicação de Harvey (2014) de que as cidades sejam vistas como *commons* e lugares de cidadania.

Na contramão da civilização, houve a desvalorização do espaço público ou da própria dimensão pública da cidade e da multifuncionalidade que era associada ao lugar público (rio, praça, praia, campo de futebol, matinha), acessível a qualquer pessoa. A contaminação das águas é aceita como efeito natural do progresso em Marabá, onde os usos tradicionais do rio nas imediações da cidade são cada vez mais restritos às camadas populares, e onde a possibilidade de destruição da praia e da cachoeira públicas após a construção de mais uma hidrelétrica não mobiliza a opinião pública, que vê nisso a possibilidade de mudar o curso do Rio Itacaiúnas e se apropriar de sua várzea.

A difusão de um novo tipo de espaço público de domínio privado (o cinema e a praça de alimentação do shopping center) é acompanhada pela negação de antigas práticas que aconteciam em espaços públicos, abertos, de livre acesso (o banho de rio, o jogo de futebol no campinho, a brincadeira e coleta de frutos em matas urbanas, o uso da rua como espaço de convivência), sem que haja reflexão sobre a forma seletiva com que os impactos dessas mudanças afetam os diversos grupos sociais. O distanciamento da natureza e subordinação aos interesses de mercado afeta o parcelamento urbano, extingue quintais e matas urbanas

e/ou periurbanas, contamina e altera o curso dos rios, de modo tanto mais intenso quanto mais invisível a população que depende desses recursos para sobreviver.

Quadro 4 – Sítios urbanos de Marabá, Canaã dos Carajás e Santarém, com destaque para áreas de pressão mais intensa da urbanização sobre sítio, e respectivos empreendimentos públicos e privados.

	MARABÁ	CANAÃ DOS CARAJÁS	SANTARÉM
SÍTIOS URBANOS			
EMPREEND. PÚBLICOS			
EMPREEND. PRIVADOS			

Fonte: CTM, 2010; Base de Dados do IBGE, 2010; Google Earth, 2016; Acervo Pesquisas de Campo, 2012-2016. Elaboração: Luna Bibas, 2016.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a tantas transições, a população tornou-se consumidora da cidade, agora vista como produto de frações do capital, e passou a seguir padrões de urbanização genéricos, mais adequados para suas estratégias de controle de custo de produção. Habitação,

espaços de lazer, serviços, tornaram-se mercadorias ou objeto de consumo (climatizado, com facilidades de estacionamento e segurança), cada vez mais padronizados e caros, ávidos por terras urbanizáveis com alto potencial imobiliário, mesmo que viabilizadas pela completa negação das características originais do sítio (aterro de rios e nascentes, desmonte de morros, aterro de várzeas) e expulsão da população original.

O “natural” passou a ser a destruição da natureza. Urge a compreensão de que os sítios da natureza não devem ser vistos apenas como terra em processo de valorização que aguarda o momento em que será economicamente viável sua transformação. O descaso e invisibilização das práticas tradicionais favoreceu a negação de uma esfera pública e da diversidade social que se constituiu nas cidades amazônicas pela superposição de tantas formas de colonização.

Os registros da sobrevivência de estruturas sociais e espaciais tradicionais, revelam soluções cada vez mais consideradas virtuosas, tanto social quanto ambientalmente, e de muito menor custo para a população local quando contrapostas a expectativas urbanas contemporâneas. Ainda que com uma estética completamente diversa, e ainda carente de pesquisa que permita o aperfeiçoamento tecnológico da provisão de serviços (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem), e melhor disponibilidade de espaços públicos e de equipamentos, as práticas tradicionais se revelam portadoras de qualidades cada vez mais valorizadas pela literatura internacional, com destaque para o uso multifuncional dos espaços e atendimento de necessidades de diversos grupos sociais.

A ocupação pré-colombiana da Amazônia foi assumida como ponto de partida do texto para chamar a atenção para a força das formas de resistência observadas sempre que há preservação da base biofísica. Os casos de Santarém e Marabá mostram potenciais para a inclusão, na medida em que oferecem as mesmas possibilidades a todos os grupos sociais, e de suporte à diversidade, na medida em que respeitam as identidades e viabilizam a reprodução de grupos sociais que constituem sua população. Nesta linha, Queiroga (2012) alerta sobre a necessidade da compreensão do espaço público, de livre acesso, para a manutenção de uma esfera pública nas cidades, caso haja interesse em mitigar os impactos da urbanização brasileira (fragmentada e privatizadora) que tem criado novos lugares públicos nem sempre inclusivos.

Nas cidades amazônicas as margens dos rios se constituem em constituem espaços abertos e/ou verdes que viabilizam o acesso público à água, para o trabalho (estaleiros, feiras), voltado ao lazer (balneários, praias), a identificação da população local com a água (frente da cidade, área do trapiche e da festa do Santo em frente à igreja matriz). Áreas de várzeas possuem potencial para uso como parques e áreas de lazer, e ao mesmo tempo

podem cumprir funções ambientais e sociais, delimitando bolsões de acúmulo de água durante possíveis enchentes, uso e ocupação do local, e salvaguardando vivas e conhecimento sobre formas de relacionamento mais harmônico entre cidade e natureza.

Assumindo-se que a água no planeta é um recurso cíclico, destaca-se a importância da abordagem multiescalar da gestão do território, de modo a controlar alterações na sua qualidade, ou em seu volume, em territórios localizados à montante de um rio ou curso d'água, razão para o destaque de bacias como um tipo de unidades de planejamento, capaz de articular as escalas micro, meso e macro (ou regional). O controle do desmatamento é importante para a manutenção do volume de água disponível nos rios e para seu aproveitamento para funções técnicas (abastecimento de água, lançamento de esgoto tratado) compatíveis com suas funções ecológicas.

A utopia da subordinação de intervenções no sítio, especialmente as justificadas pelo interesse econômico e pela visão de curto prazo do setor imobiliário, à preservação da água, e de outros recursos naturais associados à biodiversidade para usufruto de grupos sociais que ainda vivem de acordo com a racionalidade tradicional e que constituem em guardiões desses recursos para as gerações futuras é algo mais palpável na Amazônia. Na escala urbana e em contextos onde há carência de recursos para investimentos públicos, a identificação de áreas de risco à urbanização é estratégica, concomitantemente à oferta de soluções de moradia e mobilidade que mitiguem os impactos causados pela modernização incompleta e seletiva.

Ao fim e ao cabo, a retomada dos processos naturais também depende da atenção dada aos materiais, sistemas construtivos e soluções de infraestrutura, que muito podem se beneficiar do conhecimento tradicional (antesania popular) das descobertas arqueológicas e novas pesquisas tecnológicas (conhecimento científico). O aumento do acesso público à água pode restabelecer a conexão entre pessoas e natureza e entre grupos sociais, de modo a complementar a integração que vem ocorrendo baseada no consumo, com a integração pela cidadania, que respeita a diversidade e anuncia a superação do urbano industrial pelo urbano natural. Não aquele viabilizado por grandes obras de renaturalização de cidades industriais veiculadas pelas revistas de arquitetura e urbanismo, mas pela recuperação das soluções simples, hoje desqualificadas porque que são incompatíveis com a expectativa de produção da cidade para o lucro e para a exclusão. A necessidade de se desenvolver uma gestão do território capaz de dar visibilidade aos interesses e necessidades dos diversos grupos sociais, mostrando que a discussão de políticas ambiental e urbana torna-se desse modo um degrau importante para o avanço da discussão sobre cidadania e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

Acselrad, H.; Herculano, S.; Pádua, J. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford. 2004.

Ahern, J. Planning and design for sustainable and resilient cities: theories, strategies, and best practices for green infrastructure. In: Novotny, V.; Ahern, J.; Bronw, Paul. *Water centric sustainable communities*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. P. 135-178.

Araújo, G. et al. *Gestão Ambiental de Áreas Degradadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Becker, B. *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

Bibas, L.; Cardoso, A.C. *Espaços públicos da cidade de Marabá: desdobramentos na cidade de fronteira*. Relatório de Iniciação Científica. Belém: UFPA, 2015.

Brown, J. C., Purcell, M. There's nothing inherent about scale: political ecology, the local trap, and the politics of development in the Brazilian Amazon. *Geoforum* 36, 2005. P. 607–624.

Cardoso, A.C.; Melo, A.C.; Gomes, T. *The extensive urban in Western Amazon: patterns of spatial transformations in six cities of Pará, Brazil*. Proceedings of N-AERUS Conference. Dortmund: TU Dortmund, 2015.

Carlos, A. F. A Reprodução do espaço Urbano como momento da acumulação capitalista. In: Carlos, A.F. *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

Costa, F.. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2012.

Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: Hucitec /USP, 2000.

Grann, D. *The Lost City of Z. A Tale of Deadly Obsesion in Amazon*. New York: Doubleday, 2009.

Harvey, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Heckenberger, M. *The Ecology of Power*. Culture, Place and Personhood in Southern Amazon, AD 1000-200. London/ New York: Routledge, 2005.

Huertas, D. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Belém: Banco da Amazônia, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Cormier, L. *Les Trames vertes : entre discours et matérialités, quelles réalités?* Doctorat Géographie. Anger: Université d'Angers, 2011.Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00640049/>. Acesso em fev/2016.

Maricato, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: Arantes, O. et al. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

McHarg, I. *Design with Nature*. New York: Natural History Press, 1969.

Monte-mor, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-mór, R. *Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana.* Belo Horizonte: C/Arte, 2015, pp. 55-70.

Pizzaro, A. *Amazônia As Vozes do Rio*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2012.

PONTES, L.; CARDOSO, A. C.. Open spaces: windows for ecological urbanism in the Western Amazon. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, p. 96-112, 2016.

Prestes-Carneiro, G., et al. Subsistence fishery at Hatahara (750–1230 CE), a pre-Columbian central Amazonian village, *Journal of Archaeological Science*: Reports, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jasrep.2015.10.033>. Acesso: fev/2016.

Queiroga, E. *Dimensões Públicas do Espaço Contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.* Tese de Livre Docência. São Paulo: FAU/USP, 2012.

SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp, 2013

SOUZA, M. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPIRN, A. *The Granite Garden. Urban Nature and Human Design*. New York: Basic Books, 1984.

VITAL, G. *Projeto sustentável para a cidade: o caso de Uberlândia*. Tese de Doutorado FAU. São Paulo: FAU/USP, 2013.